



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 569804 - SP (2020/0077390-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : LEONARDO RODRIGO ALVES DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAURÍCIO ALVES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

LEONARDO RODRIGO ALVES DA SILVA, em impetração de próprio punho, quase inteligível, pretende o reconhecimento da continuidade delitiva na execução penal. Não indica acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça *a quo* nem traz documentos para comprovar suas alegações.

Decido.

Este writ não foi instruído. Não consta cópia da sentença ou do acórdão da apelação, nem de decisão do Juiz da VEC, conformada pelo Tribunal de Justiça, que tenham debatido a controvérsia. Os documentos são imprescindíveis para comprovação da pretensa ilegalidade e a deficiência, ainda, impede aferir se foi inaugurada a competência desta Corte para exame da matéria.

A ação constitucional de natureza mandamental tem como objetivo afastar coação ou ameaça ao direito de ir e vir. Sua natureza exige prova pré-constituída das alegações, pois não comporta dilação probatória. Se o impetrante não cumprir esse ônus, o vício impede o conhecimento do remédio constitucional.

À vista do exposto, **com fulcro no art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o processamento deste habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Por não estar o paciente assistido por defesa técnica, intime-se a Defensoria Pública do Estado, para a adoção das providências que entender cabíveis.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator